Título : Mercado põe no radar aperto nos juros

Data: 16/11/2022 Veículo: O Estado de S. Paulo Página: B1 e B3

Canal: Notícias Gerais











Política monetária

Mercado põe no radar aperto nos juros

Para analistas, tamanho da 'licença' para gastar além do teto negociada por novo governo pode afetar inflação e dívida, e levar o BC a adiar plano de redução da Selic

THAÍS BARCELLOS CÍCERO COTRIM SÃO PAULO

As incertezas em torno da mu-dança da atual âncora fiscal e as discussões para tirar o Auxílio Brasil do teto de gastos reali-mentaram no mercado a discus-são sobre o risco de uma política monetária mais apertada no próximo governo – com a postergação de cortes ou mesmo as altas das taxas de juros.

A avaliação é de que uma ex-pansão fiscal de até R\$175 bilhões para garantir o cumprimento de parte das promessas eleitorais do presidente eleito Luiz Inácio Lu-la da Silva (PT) poderia ter impac-

to nos índices de inflação, tornan-do ainda mais difícil a tarefa do Banco Central de levar o indicador para próximo da meta. Nas projeções do mercado, o aumento de gastos públicos também poderia impedir a estabilização da dívida bruta, mesmo que esse crescimento seja limitado pela in-

flação nos anos subsequentes. "Se for alguma coisa próxima de R\$ 200 bilhões de gasto adicional, você tem um impacto sobre a demanda, que hoje o BC não está considerando nas projeções. E um segundo aspecto depende do tipo de coisa que o governo preci-sa mostrar para sugerir que essa exceção não vai se repetir nos próximos anos", diz o ex-diretor do BC Alexandre Schwartsman.

Nas contas da XP, uma "li-

cença" de R\$ 175 bilhões leva-ria a um aumento da dívida pública de 76% do PIB, previstos em 2022, para 88,3% em 2030. Em um cenário de manutencão do teto dos gastos, a dívida poderia cair a 74,1% do PIB até

Gastos extras O governo eleito negocia a apresentação de uma PEC para tirar

até R\$ 175 bi do teto

o fim da década. Caso o gover-no inclua uma política de aumento real do salário mínimo de 2% ao longo dos anos, a dívida avançaria a 97,5% até 2030.
"Nosso cenário base prevê es-

paço para a autoridade monetá-ria reduzir juros em 2023, com base na desinflação global e no ajuste monetário já implementado. No entanto, como sempre ressalvamos em nossos relatórios, 'se a política fiscal se tornar mais ex-pansionista, comprometendo a trajetória esperada para a ociosi-dade da economia e para as ex-pectativas de inflação, a taxa Se-lic poderá ser elevada novamente", escreve o economista-chefe da XP, Caio Megale, em relatório. Segundo o economista-che-

fe da Greenbay Investimentos, Flávio Serrano, a curva de juros futuros já precifica dois novos aumentos da Selic, de 15 a 20 pontos-base, em dezembro e ja-neiro. O início do ciclo de cortes seria em junho de 2023, com os juros chegando a 13,25% no fim do ano que vem

(ante os 13,75% atuais).
Ontem, em evento em Nova
York, o presidente do BC, Roberto
Campos Neto, disse que há volatilidade no mercado por causa da transição do governo, mas que o Brasil tem de manter os esforcos

para alcançar a meta de inflação. A expectativa é de que a equi-pe de transição de Lula apresente hoje o texto final da chamada PEC da Transição, que vai abrir espaço no Orçamento de 2023 para novos gastos fora do teto. Até agora, a negociação com o Congresso só envolveu a chama-da "ala política" do novo governo, sem a participação do grupo técnico de economia da transição (leia mais na pág. B3). •





Economistas do grupo de transição terão reunião com PT sobre PEC

Mercado vê sinal de 'incômodo' do grupo, que divulgou nota pedindo acesso aos termos negociados com o Congresso

ADRIANA FERNANDES

O quarteto de economistas do governo de transição discutirá ainda nesta semana com os negociadores políticos do PT os termos da Pro-posta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição que autoriza a ampliação de despesas para o cumprimen-to de parte das promessas feitas durante a campanha pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

O diálogo acontece depois de mais de uma semana do anúncio oficial, feito pelo coordenador da transição, o vice-presidente eleito Geral-do Alckmin, dos nomes dos quatro economistas do grupo de trabalho da economia – André Lara Resende, Guilherme Mello, Nelson Barbosa e Pérsio Arida.

Por enquanto, não há uma definição fechada entre os quatro economistas sobre valores de gastos extras, mas o grupo pediu na noite de se-gunda-feira, em nota, acesso ao texto da PEC.

A manifestação pública dos economistas foi uma resposta à expectativa do mercado financeiro de que o valor da licença para gastar em 2023, fora do limite do teto de gastos, poderia ficar menor do que os R\$ 175 bilhões estimados até agora. Esse é o valor da "licença" para gastar acertada pelo coordenador da negociação, o senador eleito Wellington Dias (PT-PI), e o relator do Orçamento de 2023, senador Marcelo Cas-

tro (MDB-PI). A possibilidade de um valor de R\$ 130 bilhões para amplia-ção de gastos, que circulou na equipe de Lula, foi antecipada na segunda-feira pela agência Bloomberg e confirmada pelo Estadão/Broadcast. Um

gasto extra de até R\$ 130 bilhões entrou nas conversas, embora haja diferentes visões do que é possível fazer.

'INCÔMODO'. A nota deixou claro que os economistas ficaram de fora das discussões do texto da PEC, o que foi percebido pelos analistas econômicos co-mo um sinal de "incômodo" do grupo por não ter tido aces-so até agora ao teor das discus-sões. Quando o nome deles foi formalizado para a transição, a expectativa era de que participassem ativamente das discussões em Brasília.

Uma das preocupações

do grupo é justamente com o impacto da PEC da Transição, que é uma medida de transição como explicita o seu próprio apelido, na definicão do novo arcabouco fiscal para substituir o teto

de gastos. É que a proposta de retira da do gasto integral do pro-grama Auxílio Brasil (que voltará a ser chamado de Bolsa Família no novo man-dato de Lula) aumenta as despesas de forma permanente.

Entre os negociadores em Brasília, a avaliação é de que a PEC como está sendo desenhada pode dar conforto à discussão mais estrutural da regra do teto de gastos no

Sem participação Até agora, a negociação envolvendo a PEC tem sido conduzida pela 'ala política' da transição

Ainda para esses negociadores, a proposta garante previsibilidade com a definição de que, o que vai ficar fora do teto, será o Auxílio Brasil – um gasto estimado em R\$ 175 bilhões. Desse va-lor, seriam usados R\$ 157 bilhões para o pagamento do benefício de R\$ 600 e R\$ 18 bilhões para garantir mais R\$ 150 a cada criança de até seis anos.

No texto da PEC da Transicão, não estaria fixado o valor do gasto do Auxílio Brasil, mas a licença fora do teto só poderia ser usada no progra-ma social. Esse ponto impediria que eventuais sobras de recursos sejam remanejadas para outros gastos em 2023. A expectativa é de que a PEC em negociação com o Con-gresso seja apresentada ainda hoie.

Uma fonte da equipe de transição ponderou que o grupo dos economistas não é a "equipe da PEC", mas um grupo que vai tratar de uma série de temas econômicos, inclusive tributário.

Full Outsourcing de infraestrutura de TI. Presença em 100% do território nacional. **Atendimento multimarcas**

Muito prazer, nós somos a Positivo Tech Services.

Soluções completas e suporte multimarcas em qualquer lugar do Brasil, que somente uma empresa com mais de 30 anos

- de mercado pode oferecer. · Atendimento onsite para home-office - anysite
- Field services 24x7x365.
- 4 milhões de dispositivos suportados
- Service Desk com atendimento Omnichannel

Positivo Tech Services

O suporte total da Positivo Tecnologia.





ASSISTA AOS JOGOS DA COPA EM GRANDE Welcome drink na chegada, café da manhā menu degustação com horário livre, serviços de mordomos e concierges. Vide site! ESTILO EM GRAMADO petalhes e reservas: (34) 3295-7700 / 99957-4220

